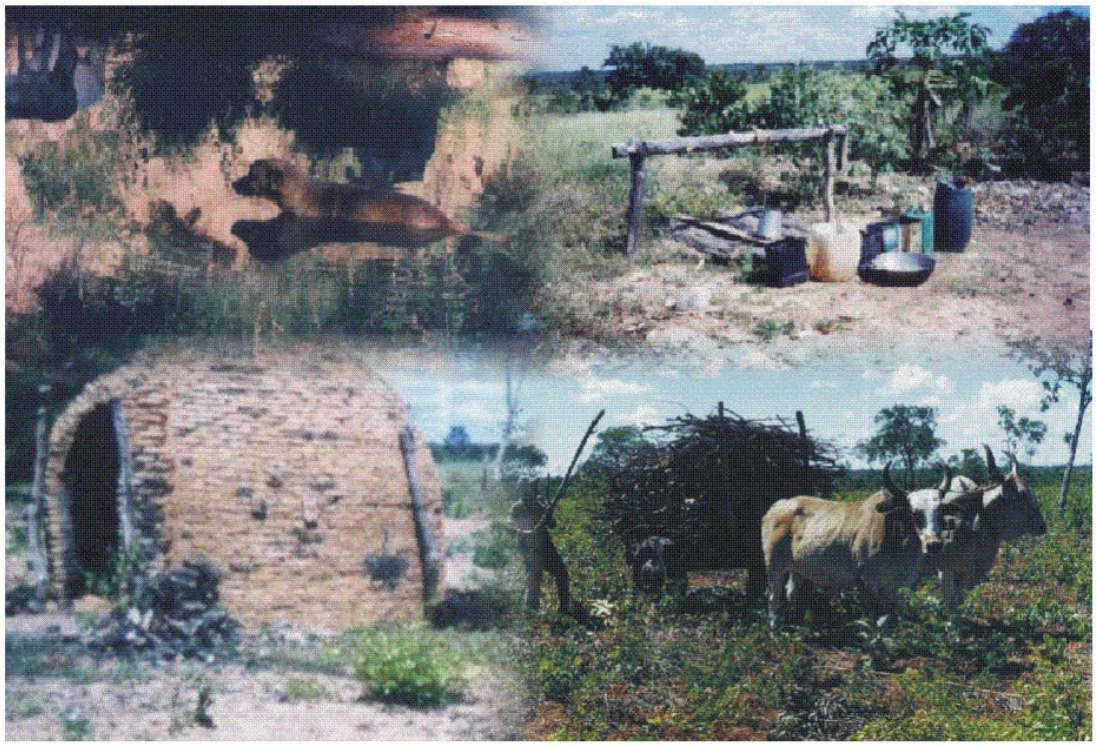

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL E PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO DO PA TAMBORIL

Anotação de Responsabilidade Técnica

PA TAMBORIL

Coordenação

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira

Biólogo

CRBio-04 – 37446-4P

11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA TAMBORIL

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

Mariana Rodrigues dos Santos

Engenheira Agrônoma

Mestre em Extensão Rural

Cobertura Vegetal e Solos

João Carlos Ker

Engenheiro Agrônomo

Doutor em Ciência dos Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

Doutor em Ciência dos Solos

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutorando em Engenharia Agrícola

Sumário

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO 7
1.1. Denominação do PA 7
1.2. Data de criação 7
1.3. Distrito e município/UF, mesorregião/microrregião FIBGE e região administrativa de Minas Gerais 7
1.4. Número de famílias 7
1.5. Identificação, localização do imóvel e vias de acesso (Mapa 1 – Localização do imóvel no município) 7
1.6. Área 7
1.7. Perímetro 7
1.8. Coordenadas UTM 8
1.9. Sub-bacias hidrográficas 8
1.10. Planta do imóvel georreferenciada (Mapa 2 - Planta do Imóvel) 8
1.11. Limites (propriedades confrontantes/ atividades desenvolvidas, presença de Ucs. Reservas indígenas etc.) 8
2. HISTÓRICO DO PA 9
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA 11
3.1. DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO 11
3.1.1. Clima 11
3.1.2. Geologia/Formações Superficiais 11
3.1.3. Geomorfologia/Relevo 12
3.1.4. Solos e Ambientes 13
3.1.5. Recursos Hídricos 15
3.1.6. Vegetação 18
3.1.6.1. Cerrado 19
3.1.6.2. Cerradão 20
3.1.6.3. Vereda 21
3.1.6.4. Mata de Galeria e Mata Ciliar 21
3.1.7. Fauna Silvestre 23
3.2. DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO 30
3.2.1. Organização territorial atual: projeto de parcelamento, vias locais, infra-estrutura etc 30

3.2.2. Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais 34
3.2.2.1. Sistema de Produção 34
3.2.2.2. Solo 35
3.2.2.3. Água 39
3.2.2.4. Vegetação 39
3.2.3. Descrição dos Sistemas de Processamento e Comercialização da Produção 41
3.3. DIAGNÓSTICO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO (SOCIOECONÔMICO) 42
3.3.1. População 42
3.3.2. Moradia e Saneamento 43
3.3.3. Captação e Abastecimento de Água e Energia 47
3.3.4. Saúde 53
3.3.5. Estradas e Transporte 54
3.3.6. Educação 55
3.3.7. Organização Social e Econômica 55
3.3.8. Aspectos Culturais 56
3.3.9. Relação com o Poder Público Local, Estadual e Federal e com Entidades de Classes, Igrejas, ONG's etc 57
4. LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL 58
4.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES 59
4.1.1. Da organização territorial 59
4.1.1.1. Estradas 59
4.1.1.2. Organização espacial dos lotes e área de reserva, áreas coletivas ou comunitárias 59
4.1.2. Da construção de infra-estrutura 59
4.1.2.1. Moradia e saneamento 59
4.1.2.2. Energia Elétrica 60
4.1.3. Do uso e manejo dos recursos hídricos 60
4.1.3.1. Do Uso e Distribuição da água 60
4.1.4. Aspectos Gerais e Impactos Sobre a Fauna de Vertebrados Terrestres 61
5. PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO 66
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS 67
5.1.1. Educação ambiental com ênfase na questão do lixo 67
5.1.2. Assistência técnica 68
5.1.3. Fiscalização Ambiental (IEF/IBAMA/Polícia Florestal) 70

5.2. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA 70
5.2.1. Estradas 70
5.2.2. Posto Telefônico 72
5.2.3. Uso e distribuição da água 72
5.2.4. Saneamento Básico 73
5.2.5. Barragem 75
5.2.6. Energia Elétrica 76
5.2.7. Serviços de Saúde 77
5.3. MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS 77
5.3.1. Recursos Hídricos 77
5.3.1.1. Veredas 77
5.3.2. Solos 78
5.3.2.1. Erosão 78
5.3.2.2. Pastagens 82
5.3.3. Vegetação 86
5.3.3.1. Reserva legal coletiva e áreas de preservação permanente 86
5.3.3.2. Mata de Galeria 87
5.3.3.3. Uso do fogo 90
5.3.3.4. Cerceamento da Reserva Legal 90
5.3.3.5. Cerrado 92
5.3.3.6. Incêndios 93
5.3.4. Fauna 93
5.3.4.1. Animais Silvestres I 93
5.3.4.2. Animais Domésticos 94
5.4. O DELINEAMENTO DO PROJETO FINAL DO PA TAMBORIL 95
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 96
ANEXOS 98

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. Denominação do PA

Projeto de Assentamento Tamboril.

1.2. Data de criação

26 de setembro de 1996.

1.3. Distrito e município/UF, mesorregião/microrregião FIBGE e região administrativa de Minas Gerais

Município de Santa Fé de Minas, microrregião de Pirapora, mesorregião do norte do Estado de Minas Gerais.

1.4. Número de famílias

141.

1.5. Identificação, localização do imóvel e vias de acesso (Mapa 1 – Localização do imóvel no município)

O PA Tamboril localiza-se a 43 km do município de Santa Fé de Minas, sendo o acesso pela estrada de terra que liga a sede municipal à cidade de Brasilândia de Minas. Saindo de Santa Fé de Minas deve-se percorrer cerca de 36 km e entrar à esquerda, percorrendo aproximadamente mais 6 até a entrada do Assentamento e mais 1 km até a sede do projeto. Em épocas de chuvas as condições de tráfego na estrada ficam bastante prejudicadas, demandando uma manutenção mais freqüente.

1.6. Área

7.484,1793 ha.

1.7. Perímetro

59.493,59 m (nesse perímetro existem duas áreas pertencentes a Clodoaldo Ladeira Gabárcio que totalizam 1.96,6709 ha).

1.8. Coordenadas UTM

O PA Tamboril está localizado nas coordenadas UTM de 444.285,617 e 8.173.218 m.

1.9. Sub-bacias hidrográficas

Sub-Bacia do Rio Paracatu.

Bacia do Rio São Francisco.

1.10. Planta do imóvel georreferenciada (Mapa 2 - Planta do Imóvel)

1.11. Limites (propriedades confrontantes/ atividades desenvolvidas, presença de Ucs. Reservas indígenas etc.)

Na área onde está localizado o PA Tamboril não existem Unidades de Conservação Ambiental nem reservas indígenas. A região vem sendo ocupada por grandes projetos de agricultura intensiva, voltados para a produção irrigada de grãos, particularmente soja, feijão e milho. O reflorestamento para a produção de carvão vegetal, bem como a pecuária de corte são atividades econômicas predominantes na região onde está localizado o Assentamento.

- **Norte:** Fazenda Santa Gertrudes e estrada municipal que liga Brasilândia de Minas a Santa Fé de Minas;
- **Sul:** Córrego Catinga, Córrego Cascavel e Rio Paracatu;
- **Leste:** Córrego Tamboril e Fazenda Santa Gertrudes;
- **Oeste:** Fazenda Esperança, Córrego Tamboril e estrada municipal que liga Brasilândia a Santa Fé de Minas.

2. HISTÓRICO DO PA

O processo de organização dos trabalhadores para a implantação do PA Tamboril iniciou-se a mais de duas décadas. A história começa em meados de 1983, quando um trabalhador, hoje assentado no PA, comprou o direito de posse sobre uma pequena parcela nas terras da antiga fazenda Tamboril/Resfriado, nas mãos de um grande fazendeiro da região. No entanto, este trabalhador rural não conseguiu tomar posse da área adquirida porque o antigo proprietário da fazenda não permitiu, alegando que o direito de posse sobre a área era dele e que a compra havia sido feita de modo irregular, pois o trabalhador havia comprado as terras de outro fazendeiro. Naquela época, havia no município um histórico de desentendimentos entre posseiros e pequenos proprietários e grandes fazendeiros por causa de divisas, direitos de posse, escrituras etc, ou seja, pela posse da terra. A disputa era tamanha que os grandes fazendeiros, em muitos casos “grileiros”, também brigavam entre si. Vendo a possibilidade de ter seus direitos e seu dinheiro perdidos, o trabalhador rural que havia adquirido a pequena parcela procurou apoio junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro, que naquela época abrigava também o pólo regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG para a região Noroeste e iniciaram um trabalho de levantamento da situação produtiva e da documentação de grandes propriedades na região. A partir desse levantamento, os trabalhadores e sindicalistas perceberam que a fazenda Tamboril/Resfriado era improdutiva. De posse dessa informação a FETAEMG solicitou que a antiga Comissão Agrária do governo federal fizesse a vistoria na propriedade com vistas a sua desapropriação por interesse social.

No entanto, foram necessários nove anos de lutas e pressões dos trabalhadores com o INCRA para que a desapropriação acontecesse. Neste período, os trabalhadores organizaram várias manifestações para pressionar o poder público a agir, ocuparam fazenda da CODEVASF em Brasilândia de Minas, a Fazenda São José e a prefeitura de João Pinheiro. Organizaram uma caravana com cerca de 260 pessoas à sede do município de Santa Fé para pedir o apoio do prefeito para criação do Assentamento. Finalmente, depois de muita luta e mobilização, o INCRA fez a vistoria em abril de 1995 e a fazenda foi considerada improdutiva. O antigo proprietário produzia apenas gado de forma extensiva e em pequena quantidade. De acordo com o laudo de vistoria realizado pelo órgão federal em 1995 o efetivo bovino na fazenda era de apenas 115 animais e a área total explorada com atividades agrícolas resumia-se a meros 6 ha. De posse desses dados o INCRA classificou a fazenda como propriedade improdutiva, recomendado a sua desapropriação para implantação de assentamento rural.

Em 1996 a Fazenda foi desapropriada, sendo o pouco gado existente retirado após a negociação com o fazendeiro. Foram assentadas famílias de Brasilândia de Minas e Santa Fé de Minas, sendo mais ou menos metade proveniente de cada município. Os trabalhadores então montaram o acampamento, já autorizado pelo INCRA. Depois de um mês, fez-se o cadastramento dos beneficiários e os topógrafos iniciaram os trabalhos de mediação e elaboração de anteprojeto de parcelamento para definição do número de famílias a serem assentadas e para distribuição dos lotes. Durante o período em que ficaram acampados, um fazendeiro vizinho colocou fogo no pasto para tentar incriminar os assentados. No entanto, a polícia florestal foi até o local e comprovou que os acampados não eram os responsáveis pelo incêndio.

A prefeitura local não ofereceu qualquer tipo de apoio aos trabalhadores acampados durante o processo de criação do Assentamento, fato até hoje criticado pelos assentados. O maior ressentimento dos assentados está no fato de que muitos empreendimentos realizados no Assentamento têm ser feitos via prefeitura, sendo o envio de verbas pelo INCRA para tal destino. O que geralmente acontece é que a prefeitura não realiza a obra, deixando esta tarefa para outros mandatos, que acabam realizando-as de maneira ineficiente, ou simplesmente não realizam.

A grande maioria dos assentados trabalhava como meeiros e arrendatários nas grandes fazendas da região. As famílias de Brasilândia Minas foram indicadas pelo sindicato local e as de Santa Fé de Minas pela prefeitura da cidade, uma vez que naquela época ainda não existia sindicato no município.